

ANEXO I

ESCRITURA DE EMISSÃO CONSOLIDADA

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, EM REGIME DE GARANTIA FIRME, DA MMX SUDESTE MINERAÇÃO S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **MMX SUDESTE MINERAÇÃO S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Prudente de Moraes, n.º 1.250, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.830.308/0001-76, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o NIRE n.º 31.3.0010012-0, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

e, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representado na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

e, na qualidade de intervenientes garantidores,

(c) **MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Mahatma Gandhi, n.º 14, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.762.115/0001-49, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("MMX Mineração");

(d) **EIKE FUHRKEN BATISTA**, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro metalúrgico, portador da Cédula de Identidade RG n.º 05.541.921-2 – IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 664.976.807-30, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Mahatma Gandhi, n.º 14 (parte) (“Eike” e, em conjunto com a MMX Mineração, “Garantidores”).

vêm por esta firmar, na melhor forma de direito, o presente “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da MMX Sudeste Mineração S.A.” (“Escritura de Emissão”, “Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA EMISSÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada com base na deliberação (i) da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 18 de junho de 2012 (“Primeira AGE”), e (ii) na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 25 de julho de 2012 (“Segunda AGE”, e, em conjunto com a Primeira AGE, “AGE”), nas quais foram aprovados os termos e condições da Emissão e da Oferta Restrita (conforme abaixo definido), conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A distribuição pública das Debêntures desta Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Oferta Restrita”), estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 6º da Instrução CVM 476 e o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.2. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, nos

termos do parágrafo primeiro do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

2.2. Arquivamento na JUCEMG e Publicação da Ata da AGE

2.2.1. A ata da Primeira AGE que deliberou sobre a Emissão e a Oferta Restrita foi arquivada na JUCEMG sob o n.º 4878545 em 02 de julho de 2012 e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 21 de junho de 2012 e no jornal "Valor Econômico" em 20 de junho de 2012. A ata da Segunda AGE será arquivada na JUCEMG e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal "Valor Econômico", em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Arquivamento desta Escritura de Emissão na JUCEMG

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão arquivados na JUCEMG, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCEMG, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data de obtenção dos referidos registros.

2.3.3. A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário cópia da ata de AGE, bem como das referidas publicações, em até 3 (três) Dias Úteis contados das respectivas datas de arquivamento e publicações.

2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), e no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação financeiramente liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o disposto no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), depois de

decorridos 90 (noventa) dias contados da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.5. Aprovação da Garantia Fidejussória

2.5.1. A prestação da garantia fidejussória pela MMX Mineração, nos termos do item 4.17. abaixo, foi aprovada (i) na reunião do Conselho de Administração da MMX Mineração realizada em 13 de junho de 2012, cuja ata foi registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o n.º 00002343544 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJ") e no jornal "Valor Econômico", e (ii) na reunião de Conselho de Administração da MMX Mineração realizada em 24 de julho de 2012, cuja ata será registrada na JUCERJ e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Valor Econômico".

2.6. Constituição da Garantia Fidejussória

2.6.1. Em função da garantia fidejussória prestada pelos Garantidores nos termos do item 4.17. abaixo, a presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos deverão ser registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes ou domicílio, conforme o caso, do Agente Fiduciário e dos Garantidores, conforme mencionado no item 4.17.8. desta Escritura de Emissão, na forma prevista nos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada.

2.6.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes do Agente Fiduciário e dos Garantidores, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de obtenção dos referidos registros.

2.6.3. Caso a Emissora não providencie os registros previstos neste item 2.6., o Agente Fiduciário poderá, nos termos do artigo 62, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, promover os registros acima previstos, devendo a Emissora arcar com os respectivos custos de tais registros.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora



3.1.1. A Emissora tem por objeto social a indústria e comércio de minérios em geral, em todo o território nacional, compreendendo a pesquisa, lavra e beneficiamento; a prestação de serviços geológicos; a importação, exportação e comércio de produtos minerais, químicos e industriais; as atividades de transporte e de operação portuária de navegação; a comercialização de produtos primários e/ou industrializados (*commodities*), no mercado interno e externo; bem como a participação no capital social de outras sociedades simples ou empresárias, qualquer que seja o objeto social.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Série

3.3.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.4. Valor Total da Emissão

3.4.1. O valor total da Emissão será de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão").

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 600 (seiscentas) Debêntures.

3.6. Destinação dos Recursos

3.6.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados a investimentos no projeto de ampliação da capacidade de produção de minério de ferro da unidade Serra Azul, localizada no quadrilátero ferrífero entre os Municípios de Brumadinho, Igarapé e São Joaquim de Bicas no Estado de Minas Gerais, que compreende a construção de uma nova planta de beneficiamento de minério de ferro, um terminal ferroviário e um duto a ser utilizado para o transporte de minério de ferro da mina ao terminal ferroviário ("Projeto Serra Azul").

3.7. Banco Mandatário e Agente Escriturador

3.7.1. A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures e de banco mandatário será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" e "Agente Escriturador"). ("Banco Mandatário" e "Agente Escriturador").

3.8. Imunidade ou Isenção de Debenturistas

3.8.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 31 de julho de 2012 ("Data de Emissão").

4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na respectiva Data de Emissão, será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.3.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, e emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

4.3.2. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.

[illegible]

rografia e contarão co

baixo.

ção pública com esforços

o Bradesco BBI S.A. na qu

co BBI” ou Coordenador L

conjunto com o Brad

4.5.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.5.8. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.6. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, em uma única data, e serão integralizadas, à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional ("Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, conforme o caso.

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 31 de julho de 2014 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização Programada

4.8.1. Não haverá amortização programada das Debêntures, sendo o Valor Nominal Unitário devido integralmente na Data de Vencimento, observado as Hipóteses de Vencimento Antecipado, o Resgate Antecipado Obrigatório e o Resgate Antecipado Facultativo, estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

4.9. Remuneração

4.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.9.2. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*", expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa ("spread") de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano,

com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Integralização até a Data de Vencimento.

4.9.3. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J valor unitário da Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNe Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação, acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

- FatorDI produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

- k número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até "n";
- n número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI-Over, de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread 3,5000;

DP É o número de dias úteis entre a Data de Integralização e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

Observações:

- (i) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (ii) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (iii) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

(iv) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

(v) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.9.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI.

4.9.4.1. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da utilização e/ou extinção da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis, após a data esperada para apuração e/ou divulgação e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será convocada, pelo Agente Fiduciário, Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, para a deliberação sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração.

4.9.4.2. A Assembleia Geral de Debenturistas referida no item 4.9.4.1. acima deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, no prazo de 8 (oito) dias contados da publicação do edital de segunda convocação

4.9.4.3. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros aplicável às Debêntures entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em prazo superior que venha a ser definido de comum acordo em referida assembleia, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da data de integralização das Debêntures. As Debêntures adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9.4.4. Até a deliberação desse novo parâmetro de Remuneração, para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI.

4.9.5. Caso a Taxa DI volte a ser apurada e divulgada e/ou sua utilização volte a ser permitida antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.4.1. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.6. A Remuneração será paga integralmente na Data de Vencimento, observado as Hipóteses de Vencimento Antecipado, o Resgate Antecipado Obrigatório e o Resgate Antecipado Facultativo.

4.9.7. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior à data de pagamento da Remuneração.

4.9.8. Os Garantidores desde já concordam com o disposto no item 4.9.4. acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor.

4.10. Resgate Antecipado Obrigatório

4.10.1. A Emissora obriga-se a realizar o resgate antecipado das Debêntures, na ocorrência dos seguintes eventos e observado o disposto nas alíneas abaixo ("Resgate Antecipado Obrigatório"):

- (a) exclusão de um ou mais dos atuais assessores financeiros contratados pela Emissora para a prestação de serviços de assessoria financeira para a estruturação de financiamento do Projeto Serra Azul ("Assessores Financeiros"), hipótese em que o Resgate Antecipado Obrigatório será total;
- (b) 1º (primeiro) desembolso, em favor da Emissora, de recursos decorrentes do financiamento de longo prazo contratado com o Banco Nacional de



Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Primeiro Desembolso" e "Financiamento Longo Prazo BNDES", respectivamente), observado que (i) caso os recursos decorrentes do Primeiro Desembolso sejam suficientes para a realização do resgate antecipado da totalidade das Debêntures, o Resgate Antecipado Obrigatório deverá ser total, e (ii) caso os recursos decorrentes do Primeiro Desembolso não sejam suficientes para a realização do resgate antecipado da totalidade das Debêntures, o Resgate Antecipado Obrigatório será parcial, no valor correspondente à totalidade dos recursos objeto do Primeiro Desembolso; e

- (c) caso os recursos decorrentes do Primeiro Desembolso não tenham sido suficientes para a realização do resgate antecipado da totalidade das Debêntures, desembolsos imediatamente subsequentes ao Primeiro Desembolso, aplicando-se aos desembolsos subsequentes a regra prevista na alínea (b) acima até que os recursos liberados sejam suficientes para a realização do resgate antecipado da totalidade das Debêntures.

4.10.2. O Resgate Antecipado Obrigatório a que se refere esta Cláusula Quarta deverá ser realizado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados (i) da data da comunicação pelos Assessores Financeiros da exclusão mencionada na alínea (a) do item 4.10.1. acima, ou (ii) da data do Primeiro Desembolso ou dos desembolsos imediatamente subsequentes, conforme o caso.

4.10.3. O Resgate Antecipado Obrigatório será realizado de acordo com os seguintes procedimentos:

- (a) por meio de comunicação enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas com antecedência de 10 (dez) Dias Úteis da data estabelecida no item 4.10.2. acima para o Resgate Antecipado Obrigatório ("Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório"), a qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Obrigatório, incluindo: (i) se o resgate antecipado será total ou parcial, neste último caso informando o número total de Debêntures a serem resgatadas, observando o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, (ii) a data do resgate antecipado e efetivo pagamento aos Debenturistas, que deverá observar o prazo previsto no item 4.10.2. acima, (iii) o Preço de Resgate Antecipado Obrigatório (conforme abaixo definido) e o Prêmio de Resgate Antecipado Obrigatório (conforme abaixo definido); e (iv) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas;

(b) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Obrigatório será equivalente ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Obrigatório, calculados *pro rata die* ("Preço de Resgate Antecipado Obrigatório"), acrescido de um prêmio calculado da seguinte forma ("Prêmio de Resgate Antecipado Obrigatório"):

- (i) caso o Resgate Antecipado Obrigatório seja realizado em razão da ocorrência do evento mencionado na alínea (a) do item 4.10.1. acima, o Prêmio de Resgate Antecipado Obrigatório será correspondente a 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) calculado sobre o Preço de Resgate Antecipado Obrigatório; ou
- (ii) caso o Resgate Antecipado Obrigatório seja realizado em razão da ocorrência dos eventos mencionados nas alíneas (b) ou (c) do item 4.10.1. acima, o Prêmio de Resgate Antecipado Obrigatório será calculado da seguinte forma:

Período do Resgate Antecipado Obrigatório	Percentual do Prêmio de Resgate Antecipado Obrigatório (sobre o Preço de Resgate Antecipado Obrigatório)
Até o dia 31 de julho de 2013, inclusive	0,75%
Entre o dia 31 de julho de 2013, exclusive, e o dia 31 de janeiro de 2014, inclusive	0,50%
Entre os dias 31 de janeiro de 2014, exclusive, e o dia 31 de julho de 2014, inclusive	0,30%

(c) na hipótese de Resgate Antecipado Obrigatório parcial, deverá ser realizado procedimento de sorteio pelo Agente Fiduciário, conforme previsto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações;

- (d) o pagamento do Preço de Resgate Antecipado Obrigatório e do Prêmio de Resgate Antecipado Obrigatório serão feitos simultaneamente, de acordo com o disposto no item 4.18. abaixo.

4.10.3. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, a operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, a qual deverá ser comunicada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis de sua realização.

4.10.3.1. No caso de Resgate Antecipado Obrigatório parcial das Debêntures, a operacionalização do resgate antecipado será realizada por meio de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário” no sistema da CETIP, sendo que caberá ao Agente Fiduciário coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas, o qual será realizado fora do âmbito da CETIP, com base em procedimento descrito na respectiva Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate antecipado parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.10.4. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Obrigatório deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

4.11. Resgate Antecipado Facultativo

4.11.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado, parcial ou total, das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”), o qual será realizado de acordo com os seguintes procedimentos:

- (a) por meio de comunicação enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas com antecedência de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para o Resgate Antecipado Facultativo (“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo”), a qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, incluindo: (i) se o resgate antecipado será total ou parcial, neste último caso informando o número total de Debêntures a serem resgatadas, observando o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, (ii) a data do resgate antecipado e efetivo pagamento aos Debenturistas, (iii) o Preço de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido) e o Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo (conforme



abaixo definido), e (iv) demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas;

- (b) na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo parcial, deverá ser realizado procedimento de sorteio pelo Agente Fiduciário, conforme previsto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações;
- (c) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, calculados *pro rata die* ("Preço de Resgate Antecipado Facultativo"), acrescido de um prêmio correspondente a 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) *flat* calculado sobre o Preço de Resgate Antecipado Facultativo ("Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo"); e
- (d) o pagamento do Preço de Resgate Antecipado Facultativo e do Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo serão feitos simultaneamente, de acordo com o disposto no item 4.18. abaixo.

4.11.2. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, a operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, a qual deverá ser comunicada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis de sua realização.

4.11.2.1. No caso de Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures, a operacionalização do resgate antecipado será realizada através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário" no sistema da CETIP, sendo que caberá ao Agente Fiduciário coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas, o qual será realizado fora do âmbito da CETIP, com base em procedimento descrito na respectiva Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate antecipado parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.11.3. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Facultativo deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

4.12. Repactuação

[illegible]

4.13. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

4.13.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser celebrados pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pelos Garantidores após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula Sétima abaixo, e posteriormente arquivados na JUCEMG nos termos do item 2.3.1. acima, e registrados nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos, nos termos do item 2.6.1. acima.

4.14. Vencimento Antecipado

4.14.1. As Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se exigível da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos desde a Data de Integralização até a data do seu efetivo pagamento ("Montante Devido Antecipadamente"), na ocorrência das hipóteses descritas nos itens 4.14.2. e 4.14.3. abaixo, observados os prazos de cura aplicáveis ("Eventos de Vencimento Antecipado").

4.14.2. Eventos de Vencimento Antecipado Automático: Observados os prazos de cura aplicáveis, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 4.14.2. acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial, notificação prévia à Emissora ou consulta aos Debenturistas ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático");

- a) descumprimento, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento, não sanada em até 2 (dois) Dias Úteis a contar da data em que tal obrigação se tornou devida;
- b) (i) decretação de falência da Emissora e/ou da MMX Mineração; (ii) pedido de autofalência pela Emissora e/ou pela MMX Mineração; (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da MMX Mineração não elidido no prazo legal; e (iv) pedido de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da Emissora e/ou da MMX Mineração, ou, ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores,

nos termos da legislação aplicável, e, no caso de evento análogo, não sanado no prazo legal, quando aplicável;

- (c) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da MMX Mineração;
- (d) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (e) caso a Fiança: (i) tenha sua validade ou exequibilidade questionada judicialmente, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, (ii) não seja devidamente constituída e formalizada, nos termos do item 4.17. abaixo, (iii) seja anulada, ou (iv) de qualquer forma, deixe de existir ou seja rescindida;
- (f) existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, que importem em infração à legislação que trata do trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- (g) não realização, pela Emissora, do Resgate Antecipado Obrigatório no prazo estipulado no item 4.10.2. acima;
- (h) não aprovação pelos Debenturistas da nova garantia oferecida pela Emissora, nos termos do item 4.17.8. abaixo; e
- (i) Endividamento Financeiro Total (conforme definido abaixo) em valor superior a R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), considerando o somatório entre o (i) Endividamento Financeiro da MMX Mineração, e (ii) Endividamento Financeiro da Emissora, sendo que qualquer Endividamento Financeiro que exceda R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) somente poderá ser contraído caso (A) tenha prazo de vencimento superior à Data de Vencimento e (B) não possa ser objeto de pré-pagamento parcial ou total no tocante ao principal, em data anterior à Data de Vencimento ("Covenant Financeiro").

4.14.2.1. Para fins da presente Cláusula, "Endividamento Financeiro" será considerado o somatório, apurado com base nas últimas demonstrações financeiras disponíveis, do valor de principal, juros incorridos e, quando devidos, demais encargos, inclusive moratórios, das dívidas de curto e de longo prazo da Emissora ou da MMX Mineração, conforme o caso, incluindo (i) mútuos passivos, (ii) empréstimos, (iii) financiamentos, (iv) repasses de recursos, (v) abertura de linha de crédito, concedido ou intermediado por instituições financeiras ou a

ela equiparadas, (vi) notas promissórias comerciais e outros instrumentos de captação no mercado de capitais, e (vii) coobrigação ou prestação de garantias com relação a obrigações de terceiros, excetuando-se os seguintes valores, que não serão computados para o cálculo do Endividamento Financeiro: coobrigação ou prestação de garantias com relação a obrigações da MMX Porto Sudeste Ltda. e MMX Corumbá Mineração S.A. O "Endividamento Financeiro Total" corresponde ao Endividamento Financeiro da MMX Mineração somado ao Endividamento Financeiro da Emissora.

4.14.2.2. O *Covenant* Financeiro indicado no inciso "g" do item 4.14.2. acima deverá ser calculado semestralmente, a partir da Data de Emissão, utilizando as últimas demonstrações financeiras disponíveis da Emissora (balanço consolidado) e da MMX Mineração (balanço controladora).

4.14.2.3. Ocorrido qualquer Evento de Vencimento Antecipado Automático não sanado no prazo de cura aplicável, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, nesse sentido, obrigando-se a Emissora a realizar, imediatamente, o pagamento do Montante Devido Antecipadamente.

4.14.3. Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático: Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 4.14.3. não sanados no prazo de cura aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do item 4.14.3.3. abaixo, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures, a qual ficará condicionada à entrega de notificação nesse sentido pelo Agente Fiduciário à Emissora e aos Garantidores, observado o disposto nos itens abaixo ("Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático"):

- (a) inadimplemento pela Emissora e/ou pela MMX Mineração de qualquer obrigação pecuniária, no mercado local ou internacional, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas), no caso da Emissora, ou a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas), no caso da MMX Mineração, observados os prazos de cura aplicáveis nos respectivos instrumentos, sem a devida comprovação de cumprimento da obrigação considerada inadimplida em até 3 (três) Dias Úteis;
- (b) vencimento antecipado e/ou inadimplemento pela Emissora e/ou pela MMX Mineração de qualquer obrigação pecuniária contraída junto ao Banco

Bradesco S.A. e ao Itaú Unibanco S.A e demais empresas de seus respectivos grupos econômicos, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais), observados os prazos de cura aplicáveis nos respectivos instrumentos, sem a devida comprovação de cumprimento da obrigação considerada inadimplida em até 3 (três) Dias Úteis;

- (c) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora e/ou da MMX Mineração, no mercado local ou internacional, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas), no caso da Emissora, ou a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas), no caso da MMX Mineração, observados os prazos de cura aplicáveis nos respectivos instrumentos, sem a devida comprovação do pagamento da dívida considerada vencida em até 3 (três) Dias Úteis;
- (d) protesto de títulos contra a Emissora e/ou contra a MMX Mineração em valor, individual ou agregado, superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas), no caso da Emissora, ou a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas), no caso da MMX Mineração, salvo se, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora e/ou pela MMX Mineração, conforme o caso, que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros, (ii) o protesto foi cancelado ou suspenso, ou (iii) foram prestadas garantias em juízo;
- (e) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora e/ou da MMX Mineração cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas), salvo se o respectivo arresto, sequestro ou penhora for cancelado, sustado ou, por qualquer forma, suspenso, inclusive por meio de apresentação de garantias, dentro de 30 (trinta) dias corridos contados da notificação à Emissora ou à MMX Mineração, conforme aplicável, da ocorrência de tais eventos;
- (f) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou contra a MMX Mineração em valor agregado igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas), no caso da Emissora, ou a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas), no caso da MMX Mineração;

- (g) ocorrência de alteração substancial relevante adversa nas condições econômicas, financeiras, socioambientais ou operacionais da Emissora e/ou da MMX Mineração que afete a capacidade da Emissora e/ou da MMX Mineração, conforme o caso, de cumprir com suas obrigações financeiras;
- (h) alteração do estatuto social da Emissora e/ou da MMX Mineração que implique a concessão do direito de retirada aos acionistas da Emissora e/ou da MMX Mineração, conforme o caso;
- (i) redução de capital social da Emissora e/ou da MMX Mineração, após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) alienação ou criação de quaisquer ônus ou gravames, pela Emissora, sobre participações societárias que a Emissora detenha ou venha a deter e/ou ativos relevantes que integrem o Projeto Serra Azul, salvo se referida alienação ou criação de ônus ou gravames ocorrer no âmbito de financiamentos (i) cujo prazo seja superior a 5 (cinco) anos, ou (ii) contratados com agências de crédito à exportação (*export credit agencies*), organismos multilaterais ou bancos de desenvolvimento, observado, ainda, o disposto no item 4.14.4. abaixo;
- (k) celebração de qualquer contrato que verse sobre os Direitos Minerários, conforme abaixo definido, seja de parceria, associação, joint venture, ou qualquer outro contrato que, a critério dos Debenturistas, cause um efeito adverso relevante na Emissora e/ou no Projeto Serra Azul;
- (l) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora e/ou pela MMX Mineração nesta Escritura de Emissão são falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante sem que tal falsidade, incorreção ou engano seja sanado no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data de comunicação da referida comprovação pelo Agente Fiduciário à Emissora e/ou à MMX Mineração;
- (m) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (n) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir,

compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e/ou da MMX Mineração, exceto se tal ato for cancelado, suspenso ou, por qualquer forma, suspenso, em qualquer hipótese, dentro dos prazos legais;

- (o) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de comunicação do referido descumprimento pelo Agente Fiduciário à Emissora, sendo que o prazo previsto nesta alínea não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (p) caso a MMX Mineração deixe de (i) deter ações com direito a voto de emissão da Emissora representativas de, no mínimo, 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) do capital total e votante da Emissora e/ou (ii) exercer o controle da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- (q) caso Eike deixe de ser, direta ou indiretamente, o maior acionista individual da MMX Mineração e/ou sua participação (considerada de forma individual, de forma direta ou indireta) seja reduzida para percentual inferior a 35% (trinta e cinco por cento) do total das ações com direito a voto de emissão da MMX Mineração;
- (r) caso os acionistas Eike Fuhrken Batista (considerada sua participação individual, direta ou indiretamente), SK Networks Co Ltda. e WISCO Brasil Investimentos em Metalurgia Ltda. deixem de, considerados em conjunto, (i) deter, no mínimo, 55% (cinquenta e cinco por cento) do total das ações com direito a voto de emissão da MMX Mineração, e/ou (ii) eleger, pelo menos, a maioria dos membros do Conselho de Administração da MMX Mineração;
- (s) incorporação, fusão, cisão ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou a MMX Mineração que, a critério dos Debenturistas, cause efeito adverso relevante nas condições creditícias da Emissora e/ou da MMX Mineração, observado o disposto no item 4.14.4. abaixo;
- (t) distribuição, pela Emissora e/ou pela MMX Mineração, de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora e/ou a MMX Mineração,

conforme o caso, esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão;

- (u) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida no item 3.6. acima;
- (v) caso a Fiança seja objeto de questionamento judicial por qualquer terceiro (i) que resulte na concessão de medida liminar que afete negativamente os direitos dos Debenturistas não cassada em até 10 (dez) dias corridos, e/ou (ii) em que seja proferida sentença judicial que afete negativamente os direitos dos Debenturistas, ainda que referida sentença judicial não seja final;
- (w) cancelamento, revogação, extinção, cassação ou suspensão das autorizações, licenças e registros necessários para a condução dos negócios da Emissora na fase em que se encontre do desenvolvimento do Projeto Serra Azul que afete, de forma relevante e negativa, as operações da Emissora e/ou do Projeto Serra Azul e que não seja sanado no prazo de 15 (quinze) dias corridos;
- (x) inclusão da Emissora e/ou da MMX Mineração e/ou de quaisquer sócios ou administradores da Emissora e/ou da MMX Mineração, no Cadastro de Empregadores do Ministério do Trabalho e Emprego e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, instituído pela portaria interministerial n.º 2, de 12 de maio de 2011, relativas à manutenção de trabalhadores em condições análogas à de escravo;
- (y) cessão, parcial ou total, ou subarrendamento dos Direitos Minerários, conforme definido abaixo, que limite ou restrinja a utilização dos Direitos Minerários pela Emissora e que, no caso de cessão parcial, cause um efeito adverso relevante sobre o Projeto Serra Azul e/ou sobre a Emissora;
- (z) rescisão do Contrato de Prestação de Serviço de Transporte Ferroviário de Carga, celebrado entre a Emissora e a MRS Logística S.A, com eficácia a partir do dia 1º de janeiro de 2012, ou ocorrência de alteração substancial nos seus termos e condições; e
- (aa) não manutenção de estrutura de contratos de venda de minério, com prazo mínimo de vigência de 1 (um) ano, equivalentes a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da capacidade de produção da Emissora.

4.14.3.1. Na ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático o Agente Fiduciário deverá publicar edital de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula Sétima abaixo, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas ou pela Emissora, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures, a qual dependerá da aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, hipótese na qual o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado.

4.14.3.2. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.14.3.1. acima por falta de quorum, mesmo após segunda convocação, ou (ii) de não ser alcançado o quorum mínimo para deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado, conforme estabelecido no item 4.14.3.1. acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, mediante imediato envio de notificação à Emissora e à MMX Mineração neste sentido.

4.14.3.3. Em caso de declaração de vencimento antecipado das Debêntures em razão de um Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático, nos termos do item 4.14.3. acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Montante Devido Antecipadamente no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados (i) do recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido, ou (ii) da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, caso a Emissora tenha sido convidada a comparecer à mencionada Assembleia Geral de Debenturistas, independentemente de ter comparecido ou assinado a ata da referida Assembleia Geral de Debenturistas.

4.14.4. Não será considerado um Evento de Vencimento Antecipado a cisão da Emissora e/ou a alienação de ativos pela Emissora que tenham por objetivo excluir ou segregar ativos que não integrem o Projeto Serra Azul, inclusive a participação no terminal de cargas Sarzedo, desde que (i) as obrigações, dívidas e contingências relativas aos ativos objeto da cisão e/ou alienação sejam também transferidos à nova sociedade e/ou ao respectivo adquirente, e (ii) na hipótese de cisão, o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica existente permaneça com a Emissora.

4.15. Multa e Juros Moratórios

4.15.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora e/ou pela MMX Mineração de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora e/ou pela MMX Mineração, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento.

4.16. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

4.16.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.15. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou encargos moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

4.17. Fiança dos Garantidores

4.17.1. Como garantia do fiel, integral e pontual pagamento de todas as obrigações principais e acessórias das Debêntures, os Garantidores prestam neste ato, fiança em favor dos Debenturistas ("Fiança"), representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis com a Emissora e entre si, pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, nas condições previstas a seguir.

4.17.2. Os Garantidores, em caráter irrevogável e irretratável, assumem a obrigação de fiadores, solidariamente responsáveis e principais pagadores, do valor total da dívida representada pelas Debêntures, que inclui o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, e dos custos e despesas incorridos na cobrança dos valores aqui devidos e de eventuais indenizações ("Obrigações Garantidas"), até o pagamento integral e final das Obrigações Garantidas.

4.17.3. O valor das Obrigações Garantidas devido e não pago pela Emissora será pago pelos Garantidores no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data de recebimento



de comunicação por escrito enviada aos Garantidores pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas informando o não pagamento das Obrigações Garantidas pela Emissora nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão e solicitando aos Garantidores o pagamento do valor relativo às Obrigações Garantidas.

4.17.4. Observado o disposto no item 4.17.3. acima, os Garantidores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), e nos artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"). Todo e qualquer pagamento realizado pelos Garantidores em relação à Fiança ora prestada serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

4.17.5. Os Garantidores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto deste item, sendo certo que os Garantidores somente poderão realizar a cobrança de qualquer valor que lhe seja devido pela Emissora após o pagamento integral das Obrigações Garantidas.

4.17.6. A presente Fiança poderá se excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas.

4.17.7. A presente Escritura de Emissão será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes dos Garantidores e do Agente Fiduciário, em até 10 (dez) dias a contar da data de assinatura desta Escritura de Emissão. No prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a obtenção de tal registro, e desde que este ocorra anteriormente à data de liquidação, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

4.17.8 Na hipótese de morte do Fiador, a Emissora deverá apresentar, em até 10 (dez) dias, nova garantia, a ser aprovada pelos Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação. Na hipótese de não aprovação da nova garantia, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.14. acima.

4.17.9. A Fiança prestada por Eike poderá ser substituída por outra garantia equivalente, desde que aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim.

4.18. Forma e Local de Pagamento

4.18.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pelo Agente Escriurador das Debêntures ou na sede da Emissora, se for o caso.

4.19. Prorrogação dos Prazos

4.19.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, conforme disposto nesta Escritura de Emissão, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" ou "Dias Úteis" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.

4.20. Publicidade

4.20.1. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão e da Oferta Restrita que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal "Valor Econômico", bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – *internet*.

4.21. Aquisição Facultativa

4.21.1. Nos termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, é facultado à Emissora adquirir Debêntures de sua emissão: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário,

desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, observado o disposto nos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, conforme aplicável. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES

5.1. Sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável, a Emissora está obrigada a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário, caso não se encontre disponível na página da CVM na rede mundial de computadores:
 - (i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após o que ocorrer primeiro entre o 90º (nonagésimo) dia contado do término de cada exercício social e a data da efetiva divulgação das demonstrações financeiras, (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, (b) seu balanço consolidado relativo aos últimos 12 (doze) meses; e (c) declaração atestando que está em dia com o cumprimento de todas as obrigações previstas na presente Escritura de Emissão;
 - (ii) no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, qualquer informação relevante que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário com relação a si ou aos Garantidores ou, ainda, de interesse dos Debenturistas;
 - (iii) fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora e dos Garantidores, conforme aplicável, que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada, ("Instrução CVM 480") ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no 10º (décimo) Dia Útil após sua publicação ou, se não forem publicados, após a data em que forem realizados; e

- (iv) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data do descumprimento.
- (b) apurar e submeter o cálculo do *Covenant* Financeiro a seus auditores independentes, tendo por base as demonstrações financeiras disponíveis da Emissora (balanço consolidado) e da MMX Mineração (balanço controladora), bem como disponibilizar ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias contados (i) da divulgação das demonstrações financeiras da Emissora e da MMX Mineração, ou (ii) do prazo máximo para a divulgação das informações financeiras, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, na legislação ou regulamentação aplicável à época, o que ocorrer primeiro, juntamente com sua respectiva memória de cálculo contendo todas as rubricas necessárias à sua apuração, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (c) manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, os Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (d) atender de forma eficiente às solicitações dos Debenturistas;
- (e) convocar, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer matéria que, direta ou indiretamente, se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (f) informar o Agente Fiduciário prontamente após tomar conhecimento sobre a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, conforme previstos no item 4.14. desta Escritura de Emissão;
- (g) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (h) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

- (i) notificar o Agente Fiduciário prontamente após a deliberação ou após tomar conhecimento, conforme o caso, sobre quaisquer eventos ou situações que afetem negativamente de forma relevante, impossibilitem ou dificultem de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;
- (j) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que comprometam o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os Debenturistas;
- (k) cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (l) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e o sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND;
- (m) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (n) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (o) manter válidas e em vigor as licenças, autorizações e registros necessários para a condução dos seus negócios de acordo com a fase em que se encontra o desenvolvimento do Projeto Serra Azul;
- (p) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;



- (q) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente aos Coordenadores;
- (r) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- (s) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (t) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (u) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (v) manter os documentos mencionados na alínea (s) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (w) sempre que solicitado, prestar informações aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da respectiva solicitação, sobre qualquer autuação realizada por autoridades governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa de concorrência, entre outras, em relação à Emissora e/ou aos Garantidores;
- (x) cumprir com o disposto na legislação ambiental e trabalhista e de saúde e segurança do trabalho em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos causados ao meio ambiente decorrentes das atividades descritas em seu objeto social e a seus trabalhadores, bem como a proceder a todas as diligências exigidas para suas atividade econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais, trabalhistas e de saúde e segurança do trabalho em vigor;

- (y) cumprir com o disposto na legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, assédio moral ou sexual, exceto na medida em que eventual descumprimento esteja sendo contestado de boa fé ou negociado com os órgãos competentes, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos causados, bem como a proceder a todas as diligências exigidas e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas que tratam do combate à discriminação de raça ou de gênero, assédio moral ou sexual;
- (z) não contratar fornecedores e prestadores de serviços que sob sua orientação ou em seu favor realizem quaisquer atividades no, ou relacionados ao, Projeto Serra Azul, e que, no seu conhecimento, estejam em descumprimento com: (i) a legislação socioambiental brasileira aplicável, assim como a legislação relativa à saúde e segurança do trabalho definidas nas normas regulamentares do MTE, e (ii) as condicionantes das licenças ambientais, outorgas, autorizações e afins relativas ao Projeto Serra Azul;
- (aa) entregar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de solicitação, por escrito, pelos Debenturistas, cópia de todos os documentos, sempre que cabível, que comprovem o cumprimento do disposto nas alíneas (w), (x) e (y) acima, de acordo com a fase em que se encontra o desenvolvimento do Projeto Serra Azul;
- (bb) informar prontamente ao Agente Fiduciário, por escrito, (i) em até 15 (quinze) dias corridos, o recebimento de qualquer comunicação ou evento que possa levar os Órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma de proteção ambiental; (ii) em até 10 (dez) dias corridos, o recebimento de qualquer notificação que acarrete o dever de indenização em razão de qualquer dano ambiental;
- (cc) adotar medidas preventivas para o atendimento da legislação trabalhista vigente, especialmente em relação (i) às restrições do trabalho noturno, insalubre e perigoso, e (ii) à não utilização de trabalho ilegal ou discriminatório, inclusive, mas não se limitando, trabalho análogo ao de escravo e trabalho de crianças e de adolescentes menores de 18 (dezoito) anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade, e implementar

seus maiores esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também assim se comprometam;

- (dd) notificar prontamente o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, em até 1 (um) Dia Útil contado da data da respectiva convocação;
- (ee) convocar prontamente, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;
- (ff) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada; e
- (gg) observado o disposto no item 4.14.2.1. acima, observar o limite de Endividamento Financeiro, bem como não contratar qualquer dívida em valor superior a R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) que possua prioridade de pagamento de principal e juros com relação às Debêntures .

5.2. A MMX Mineração está adicionalmente obrigada a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua respectiva página na *internet* ou na página da CVM na *internet*:
 - (i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após o que ocorrer primeiro entre o 90º (nonagésimo) dia contado do término de cada exercício social e a data da efetiva divulgação, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas por auditor independente, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, acompanhada de declaração atestando que está em dia com todas as obrigações previstas na presente Escritura de Emissão;
 - (ii) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após o que ocorrer primeiro entre o 45º (quadragésimo quinto) dia contado da data de término de cada trimestre de seu exercício social e a data da efetiva divulgação, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas com revisão limitada por auditor independente, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor; e

- (iii) nos mesmos prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM 480.
- (b) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data de ciência, prestar informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- (c) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela MMX Mineração relacionada a um Evento de Vencimento Antecipado;
- (d) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que, direta ou indiretamente, comprometa o pontual e integral cumprimento, pela Companhia e/ou pelos Garantidores, de qualquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão;
- (e) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que faça com que as demonstrações financeiras consolidadas da MMX Mineração não mais reflitam sua real condição econômica e financeira;
- (f) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário;
- (g) manter atualizado seu registro de companhia aberta perante a CVM;
- (h) cumprir as obrigações descritas nas alíneas "w", "x", "y" e "bb" do item 5.1. acima;
- (i) comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (j) sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de

Emissão, cumprir com todas as obrigações de companhia aberta previstas na Instrução CVM 480; e

- (k) observado o disposto no item 4.14.2.1. acima, observar o limite de Endividamento Financeiro, bem como não contratar qualquer dívida em valor superior a R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) que possua prioridade de pagamento de principal e juros com relação às Debêntures

5.3. Eike está, adicionalmente, obrigado a:

- (a) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida relacionada a um Evento de Vencimento Antecipado; e
- (b) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que, direta ou indiretamente, comprometa o pontual e integral cumprimento, pela Companhia e/ou pelos Garantidores, de qualquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão;

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28");
- (g) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- (h) não tem qualquer ligação com a Emissora ou com os Garantidores que o impeça de exercer suas funções;
- (i) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (j) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (k) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastante para tanto;
- (l) verificará, de acordo com os prazos previstos nesta Escritura de Emissão, na forma prevista no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28, a regularidade da constituição da Fiança, bem como sua suficiência e exequibilidade, com base nas demonstrações financeiras da MMX Mineração; e
- (m) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição ou, caso ainda restem

Handwritten signature in blue ink and a large checkmark.

obrigações inadimplidas da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, o montante de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) ao ano ("Remuneração do Agente Fiduciário").

6.4.1. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos, nas respectivas alíquotas vigentes: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a Remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

6.4.2. A Remuneração do Agente Fiduciário será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da primeira parcela da Remuneração do Agente Fiduciário, calculadas *pro rata die*, se necessário.

6.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo Índice Geral ao Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.4. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.4.5. O pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

6.4.6. No caso de inadimplemento, pela Emissora, das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as

administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto pela legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora e/ou dos Garantidores permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) Dias Úteis, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, às expensas da Emissora, caso esta não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEMG e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede do Agente Fiduciário e dos Garantidores;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) verificar a regularidade da constituição das garantias reais, flutuantes e fidejussórias, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (i) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (j) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (k) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (l) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, conforme item 4.20. acima;
- (m) informar a Emissora sobre a convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de até 1 (um) Dia Útil de sua convocação;
- (n) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (o) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros, organograma do grupo societário da Emissora (contendo, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades de controle comum, as coligadas, e demais sociedades integrantes do mesmo bloco de controle, no encerramento de cada exercício social), bem como atos

societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 40 (quarenta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:

- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (vii) resgate, amortização e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (viii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (ix) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos;
- (x) declaração sobre a suficiência e exequibilidade da Fiança; e
- (xi) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente

fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28;

- (p) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
 - (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede dos Coordenadores.
- (q) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa previstos no item 4.20. acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (r) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Agente Escriturador, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (s) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;
- (t) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.20. acima, acerca de qualquer inadimplemento pela Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência ou da data em que o evento se tornar público, o que ocorrer primeiro, de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações;

- (u) acompanhar com o Banco Mandatário na data de pagamento da Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.

6.6. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7. Sem prejuízo de seu dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Adicionalmente, o Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, os quais continuarão a ser de obrigação da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

6.8. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes nesta Escritura de Emissão, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para basear suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, os quais continuarão a ser de obrigação da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

6.9. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato cuja decisão seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas por estes. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.10. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora e/ou os Garantidores para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora e/ou da MMX Mineração;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora e/ou da MMX Mineração; e
- (e) executar a Fiança nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

6.10.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.14.3. desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (e) do item 6.10. acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar nos termos do disposto no item 4.14.3. acima.

6.11. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 30 (trinta) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não resultará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.



6.11.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.11.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.11.3. Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração paga ao Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.11.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.11.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.10. acima.

6.11.6. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.20. acima.

6.11.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

- 7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora e/ou por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.
- 7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.
- 7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
- 7.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.
- 7.6. Para efeito da constituição do *quorum* de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores (inclusive dos Garantidores) ou de qualquer de suas controladas, coligadas ou sociedade de controle comum da Emissora, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.
- 7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.
- 7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 7.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos demais Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.
- 7.10. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, inclusive com relação a alterações nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não apresentem outro *quorum* específico.

7.11. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente:

- (i) a Remuneração e forma de seu pagamento;
- (ii) o prazo de vencimento das Debêntures;
- (iii) as condições de pagamento do valor de principal das Debêntures;
- (iv) qualquer dos termos e condições aplicáveis à Fiança;
- (v) alteração e/ou renúncia a qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado;
- (vi) a deliberação sobre os Eventos de Vencimento Antecipado Automático;
- (vii) modificação dos quoruns de deliberação e alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidos nesta Cláusula Sétima; e
- (viii) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta.

7.12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.13. Independentemente das formalidades previstas na lei e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (aa) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (bb) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e, ou (cc) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou suas controladas ou subsidiárias ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) cumprirá todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (f) exceto por aqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras ou de outra forma informados por escrito à totalidade dos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário, a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de

investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;

- (g) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão em relação à Emissora e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes em todos os aspectos relevantes;
- (h) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (i) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (j) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (k) não é necessária autorização regulatória para celebração desta Escritura de Emissão e para realização da Emissão e da Oferta Restrita;
- (l) está cumprindo em todos os seus aspectos relevantes a legislação, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente;
- (m) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, exceto na medida em que estejam sendo contestadas de boa fé ou negociadas com os órgãos competentes;
- (n) possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações, licenças e registros necessários para a condução de seus negócios na fase em que se encontra o desenvolvimento do Projeto Serra Azul;
e

- (o) possui o direito regularmente constituído, nos termos do contrato de arrendamento celebrado com Cia. de Mineração Serra da Farofa, de explorar os direitos minerários objeto das Portarias de Lavra n.º 342/2008, n.º 2355/1980 e n.º 80959/1977, outorgadas pelo Ministério de Minas e Energia, respectivamente para os Processos Minerais do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM n.º 005.182/1958, n.º 801.908/1968 e 805.374/1971, arrendados pela Emissora com relação ao Projeto Serra Azul (“Direitos Minerários”).


8.2. A MMX Mineração neste ato declara e garante que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a prestar a Fiança, e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) não é necessária autorização regulatória para celebração desta Escritura de Emissão e para prestação da Fiança;
- (d) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e a assunção das obrigações nesta previstas, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (f) cumprirá todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;

- (g) exceto por aqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras ou de outra forma informados por escrito à totalidade dos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário, a MMX Mineração não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à MMX Mineração;
- (h) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão em relação à MMX Mineração e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes em todos os aspectos relevantes;
- (i) que seja do conhecimento da MMX Mineração, não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções, bem como não há qualquer ligação entre a MMX Mineração e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (j) esta Escritura de Emissão constitui obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (k) o registro de companhia aberta da MMX Mineração está atualizado perante a CVM; e
- (l) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

8.3. Eike neste ato declara e garante que:

- (a) a celebração desta Escritura de Emissão e a assunção das obrigações nesta previstas, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;



- (b) cumprirá todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (c) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão à seu respeito e em relação à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes em todos os aspectos relevantes;
- (d) esta Escritura de Emissão constitui obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro; e
- (e) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

MMX SUDESTE MINERAÇÃO S.A.

Praça Mahatma Gandhi, n.º 14, 6º andar

Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20031-100

At.: Carlos Marcio Barreiros

Telefone: (21) 2555-4109

Fac-símile: (21) 2555-4011

Correio Eletrônico: carlos.barreiros@mmx.com.br

Para os Garantidores:

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Praça Mahatma Gandhi, n.º 14, 6º andar

Rio de Janeiro - RJ



CEP: 20031-100

At.: Carlos Marcio Barreiros

Telefone: (21) 2555-4109

Fac-símile: (21) 2555-4011

Correio Eletrônico: carlos.barreiros@mmx.com.br

CEP: 20031-100
At.: Carlos Marcio Barreiros
Telefone: (21) 2555-4109
Fac-símile: (21) 2555-4011
Correio Eletrônico: carlos.barreiros@mmx.com.br

EIKE FUHRKEN BATISTA

Praça Mahatma Gandhi, n.º 14 (parte)

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 20031-100

Telefone: (21) 2555-6363

Fac-símile: (21) 2555-5560

Correio Eletrônico: eike.batista@ebx.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, n.º 4200, sala 514, bloco 04

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22640-102

At.: Sr. Marco Ferreira (Backoffice) e Sra. Nathalia Machado (Jurídico)

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotruster.com.br e
juridico@pentagonotruster.com.br

Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/n.º, Prédio Amarelo Velho, 2º andar, Prédio Amarelo
Osasco – SP

At.: Sr. Marcelo Ronaldo Poli

Telefone: (11) 3684-7654

Fac-símile: (11) 3684-2714

Correio Eletrônico: 4010.mpoli@bradesco.com.br

Para a CETIP

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

São Paulo – SP

CEP: 01452-001

(f) $\frac{1}{\sqrt{2}} \begin{pmatrix} 0 & 1 \\ -1 & 0 \end{pmatrix}$, $\frac{1}{\sqrt{2}} \begin{pmatrix} 1 & i \\ 0 & 0 \end{pmatrix}$, $\frac{1}{\sqrt{2}} \begin{pmatrix} 0 & 1 \\ 1 & 0 \end{pmatrix}$, $\frac{1}{\sqrt{2}} \begin{pmatrix} 1 & 0 \\ 0 & 0 \end{pmatrix}$, $\frac{1}{\sqrt{2}} \begin{pmatrix} 0 & 1 \\ 0 & 0 \end{pmatrix}$, $\frac{1}{\sqrt{2}} \begin{pmatrix} 1 & 0 \\ 0 & 1 \end{pmatrix}$, $\frac{1}{\sqrt{2}} \begin{pmatrix} 0 & 1 \\ 0 & 1 \end{pmatrix}$, $\frac{1}{\sqrt{2}} \begin{pmatrix} 1 & 0 \\ 0 & 1 \end{pmatrix}$.

1. $\frac{1}{2}$ 2. $\frac{1}{3}$ 3. $\frac{1}{4}$ 4. $\frac{1}{5}$ 5. $\frac{1}{6}$ 6. $\frac{1}{7}$ 7. $\frac{1}{8}$ 8. $\frac{1}{9}$ 9. $\frac{1}{10}$ 10. $\frac{1}{11}$ 11. $\frac{1}{12}$ 12. $\frac{1}{13}$ 13. $\frac{1}{14}$ 14. $\frac{1}{15}$ 15. $\frac{1}{16}$ 16. $\frac{1}{17}$ 17. $\frac{1}{18}$ 18. $\frac{1}{19}$ 19. $\frac{1}{20}$ 20. $\frac{1}{21}$ 21. $\frac{1}{22}$ 22. $\frac{1}{23}$ 23. $\frac{1}{24}$ 24. $\frac{1}{25}$ 25. $\frac{1}{26}$ 26. $\frac{1}{27}$ 27. $\frac{1}{28}$ 28. $\frac{1}{29}$ 29. $\frac{1}{30}$ 30. $\frac{1}{31}$ 31. $\frac{1}{32}$ 32. $\frac{1}{33}$ 33. $\frac{1}{34}$ 34. $\frac{1}{35}$ 35. $\frac{1}{36}$ 36. $\frac{1}{37}$ 37. $\frac{1}{38}$ 38. $\frac{1}{39}$ 39. $\frac{1}{40}$ 40. $\frac{1}{41}$ 41. $\frac{1}{42}$ 42. $\frac{1}{43}$ 43. $\frac{1}{44}$ 44. $\frac{1}{45}$ 45. $\frac{1}{46}$ 46. $\frac{1}{47}$ 47. $\frac{1}{48}$ 48. $\frac{1}{49}$ 49. $\frac{1}{50}$ 50. $\frac{1}{51}$ 51. $\frac{1}{52}$ 52. $\frac{1}{53}$ 53. $\frac{1}{54}$ 54. $\frac{1}{55}$ 55. $\frac{1}{56}$ 56. $\frac{1}{57}$ 57. $\frac{1}{58}$ 58. $\frac{1}{59}$ 59. $\frac{1}{60}$ 60. $\frac{1}{61}$ 61. $\frac{1}{62}$ 62. $\frac{1}{63}$ 63. $\frac{1}{64}$ 64. $\frac{1}{65}$ 65. $\frac{1}{66}$ 66. $\frac{1}{67}$ 67. $\frac{1}{68}$ 68. $\frac{1}{69}$ 69. $\frac{1}{70}$ 70. $\frac{1}{71}$ 71. $\frac{1}{72}$ 72. $\frac{1}{73}$ 73. $\frac{1}{74}$ 74. $\frac{1}{75}$ 75. $\frac{1}{76}$ 76. $\frac{1}{77}$ 77. $\frac{1}{78}$ 78. $\frac{1}{79}$ 79. $\frac{1}{80}$ 80. $\frac{1}{81}$ 81. $\frac{1}{82}$ 82. $\frac{1}{83}$ 83. $\frac{1}{84}$ 84. $\frac{1}{85}$ 85. $\frac{1}{86}$ 86. $\frac{1}{87}$ 87. $\frac{1}{88}$ 88. $\frac{1}{89}$ 89. $\frac{1}{90}$ 90. $\frac{1}{91}$ 91. $\frac{1}{92}$ 92. $\frac{1}{93}$ 93. $\frac{1}{94}$ 94. $\frac{1}{95}$ 95. $\frac{1}{96}$ 96. $\frac{1}{97}$ 97. $\frac{1}{98}$ 98. $\frac{1}{99}$ 99. $\frac{1}{100}$ 100. $\frac{1}{101}$ 101. $\frac{1}{102}$ 102. $\frac{1}{103}$ 103. $\frac{1}{104}$ 104. $\frac{1}{105}$ 105. $\frac{1}{106}$ 106. $\frac{1}{107}$ 107. $\frac{1}{108}$ 108. $\frac{1}{109}$ 109. $\frac{1}{110}$ 110. $\frac{1}{111}$ 111. $\frac{1}{112}$ 112. $\frac{1}{113}$ 113. $\frac{1}{114}$ 114. $\frac{1}{115}$ 115. $\frac{1}{116}$ 116. $\frac{1}{117}$ 117. $\frac{1}{118}$ 118. $\frac{1}{119}$ 119. $\frac{1}{120}$ 120. $\frac{1}{121}$ 121. $\frac{1}{122}$ 122. $\frac{1}{123}$ 123. $\frac{1}{124}$ 124. $\frac{1}{125}$ 125. $\frac{1}{126}$ 126. $\frac{1}{127}$ 127. $\frac{1}{128}$ 128. $\frac{1}{129}$ 129. $\frac{1}{130}$ 130. $\frac{1}{131}$ 131. $\frac{1}{132}$ 132. $\frac{1}{133}$ 133. $\frac{1}{134}$ 134. $\frac{1}{135}$ 135. $\frac{1}{136}$ 136. $\frac{1}{137}$ 137. $\frac{1}{138}$ 138. $\frac{1}{139}$ 139. $\frac{1}{140}$ 140. $\frac{1}{141}$ 141. $\frac{1}{142}$ 142. $\frac{1}{143}$ 143. $\frac{1}{144}$ 144. $\frac{1}{145}$ 145. $\frac{1}{146}$ 146. $\frac{1}{147}$ 147. $\frac{1}{148}$ 148. $\frac{1}{149}$ 149. $\frac{1}{150}$ 150. $\frac{1}{151}$ 151. $\frac{1}{152}$ 152. $\frac{1}{153}$ 153. $\frac{1}{154}$ 154. $\frac{1}{155}$ 155. $\frac{1}{156}$ 156. $\frac{1}{157}$ 157. $\frac{1}{158}$ 158. $\frac{1}{159}$ 159. $\frac{1}{160}$ 160. $\frac{1}{161}$ 161. $\frac{1}{162}$ 162. $\frac{1}{163}$ 163. $\frac{1}{164}$ 164. $\frac{1}{165}$ 165. $\frac{1}{166}$ 166. $\frac{1}{167}$ 167. $\frac{1}{168}$ 168. $\frac{1}{169}$ 169. $\frac{1}{170}$ 170. $\frac{1}{171}$ 171. $\frac{1}{172}$ 172. $\frac{1}{173}$ 173. $\frac{1}{174}$ 174. $\frac{1}{175}$ 175. $\frac{1}{176}$ 176. $\frac{1}{177}$ 177. $\frac{1}{178}$ 178. $\frac{1}{179}$ 179. $\frac{1}{180}$ 180. $\frac{1}{181}$ 181. $\frac{1}{182}$ 182. $\frac{1}{183}$ 183. $\frac{1}{184}$ 184. $\frac{1}{185}$ 185. $\frac{1}{186}$ 186. $\frac{1}{187}$ 187. $\frac{1}{188}$ 188. $\frac{1}{189}$ 189. $\frac{1}{190}$ 190. $\frac{1}{191}$ 191. $\frac{1}{192}$ 192. $\frac{1}{193}$ 193. $\frac{1}{194}$ 194. $\frac{1}{195}$ 195. $\frac{1}{196}$ 196. $\frac{1}{197}$ 197. $\frac{1}{198}$ 198. $\frac{1}{199}$ 199. $\frac{1}{200}$ 200. $\frac{1}{201}$ 201. $\frac{1}{202}$ 202. $\frac{1}{203}$ 203. $\frac{1}{204}$ 204. $\frac{1}{205}$ 205. $\frac{1}{206}$ 206. $\frac{1}{207}$ 207. $\frac{1}{208}$ 208. $\frac{1}{209}$ 209. $\frac{1}{210}$ 210. $\frac{1}{211}$ 211. $\frac{1}{212}$ 212. $\frac{1}{213}$ 213. $\frac{1}{214}$ 214. $\frac{1}{215}$ 215. $\frac{1}{216}$ 216. $\frac{1}{217}$ 217. $\frac{1}{218}$ 218. $\frac{1}{219}$ 219. $\frac{1}{220}$ 220. $\frac{1}{221}$ 221. $\frac{1}{222}$ 222. $\frac{1}{223}$ 223. $\frac{1}{224}$ 224. $\frac{1}{225}$ 225. $\frac{1}{226}$ 226. $\frac{1}{227}$ 227. $\frac{1}{228}$ 228. $\frac{1}{229}$ 229. $\frac{1}{230}$ 230. $\frac{1}{231}$ 231. $\frac{1}{232}$ 232. $\frac{1}{233}$ 233. $\frac{1}{234}$ 234. $\frac{1}{235}$ 235. $\frac{1}{236}$ 236. $\frac{1}{237}$ 237. $\frac{1}{238}$ 238. $\frac{1}{239}$ 239. $\frac{1}{240}$ 240

missões serão consideradas "de recebimento" expedidas por comunicações feitas por fac-símil, desde que seu recebimento seja pela máquina utilizada pelo remetente. As comunicações feitas por fac-símil e o recebimento de "aviso de entrega" serão encaminhados para o destinatário da mensagem. A mudança de endereço deve ser feita pela parte que tiver o endereço atualizado.

GERAIS

as decorrentes da presente
missão ou liberalidade no
a ao Agente Fiduciário e/ou
as obrigações da Emissora
es ou remédios, ou será
ia com tal inadimplemento,
as obrigações assumidas
missão ou precedente no

er irrevogável e irretratável,
relacionados na Cláusula

...missão venha a ser julgada
...posições não afetadas por
...a substituir a disposição

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

10.7. Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta Restrita e registro da Fiança, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário e Agente Escriturador e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

CLÁUSULA ONZE – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário e os Garantidores, na qualidade de interveniente anuente, em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [●] de julho de 2012

[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco.]